

Mesmo que possa trazer benefícios para a economia do país, a privatização das estatais não significa a cura para todos os nossos males. Para aqueles que acreditam não ser possível impor eficiência dentro das estatais podemos citar como exemplo o excelente lucro líquido de R\$ 69,9 milhões obtidos pela Teleceará no primeiro semestre de 1996, o qual elevou em 11,5% o patrimônio líquido desta empresa líder de rentabilidade entre as subsidiárias da Telebrás. No nosso estado o Banco do Brasil obteve no ano de 1997 um lucro de R\$ 12,7 milhões, um desempenho surpreendente para a administração central do banco e que colocou o Piauí entre os estados com maior lucratividade. O Assessor de Comunicação do BB no Piauí, Lúcio Brigido, afirmou que esta boa performance se deve, além do incremento da atividade produtiva no estado, à conduta mais austera do banco nas suas operações financeiras, a nível nacional. O mesmo também declarou que as metas do banco no estado para 98 são a implantação de um programa de auto-capacitação de pessoal e o desmembramento de algumas agências.

O que parece ser de maior relevância, em última análise, dentro desta discussão, é o fato de que devemos ter em mente, antes de qualquer coisa, a situação precária da intra-estrutura de nossa economia e a necessidade premente de investimentos. Qualquer processo de privatização que não tenha como principal objetivo suprir estas necessidades estará condenado ao fracasso. Além disto é preciso atentar também para a credibilidade do modelo de privatizações, que já anda abalada desde o leilão da Vale. As ações da Cesp já caíram 31,5% este ano em razão desta queda de credibilidade. Ou se adota um modelo de privatização sério e eficiente, capaz de produzir resultados positivos e concretos para a economia do país, ou então é melhor não privatizar mais coisa alguma.

CÍESIO RAMIRO DA SILVA MELÃO é aluno do Curso de Ciências Econômicas da UFPI.

## Fluxo de dados: A estratégia da informação

HILDENILSON DE ARAÚJO SOUSA\*

Na onda globalizante da economia mundial é de primordial importância o conhecimento do terreno no qual se avança. O conhecimento minucioso do mercado, aliado ao domínio e a hegemonia da lógica capitalista, são fatores decisivos para a ampliação do controle do capital, por isso é tão disputado e figura na pauta das grandes corporações internacionais.

A garantia de conhecer amplamente os campos nos quais atuam, levam as firmas transnacionais a construir verdadeiros bancos de dados, onde o acesso, o controle, e a capacidade de análise agem sobre a vida, a dinâmica e os costumes dos países-colônias por elas explorados.

Pode-se dizer que está em curso mundial uma transferência, que odemos podermos denominar de "o domínio invisível", da maior quantidade possível de informações da vida nacional. Alguns países, como a França por exemplo, já perceberam essa arapongagem moderna, e movidos pelo sentimento natural de proteção detectou e suspendeu o tráfico indiscriminado do fluxo de dados, como ressaltou o ex-secretário da Comissão Francesa sobre Processamento de Dados e Liberdade, Louis Jonet: "Informação é poder e informação econômica é poder econômico. Informação tem valor econômico e a habilidade para estocar e processar certos tipos de dados pode dar a um país vantagem política sobre outros países". É a fragilização da soberania e a perda da atuação do poder público sobre as políticas nacionais.

A voracidade do capital internacional monitora em seus painéis todo o movimento econômico e social dos países escolhidos para a expropriação e transferências de riquezas.

O Brasil é terreno fértil para o crescimento e total inclusão do fluxo de dados transfronteiras, basta ver o modo como o atual governo fatia o setor das Telecomunicações. A privatização é ponto fundamental para a equipe

econômica, que ruga com o "inchaço" do setor público, e no entanto criam mais postos e cargos na máquina, como a ANATEL, Agência Nacional que vai otimizar a desregulamentação do Sistema Telebrás, abrindo e facilitando o caminho para a privatização.

Com a institucionalidade que o Governo dá a esse processo, fica aberta a temporada de caça às mais preciosas informações. O País já se deparou com situações desse tipo. No final dos anos 70, o governo brasileiro exigiu que se trouxesse para o país a base de dados da empresa aérea Varig, que mantinha todas as suas reservas de passagens e todos os seus controles de vôos numa empresa americana no Texas. Mais recentemente, um escândalo deflagrou o perigo e a inércia das autoridades brasileiras, como o caso do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), onde novamente, outra empresa norte-americana expôs o interesse em mapear os recursos e a biodiversidade da reserva florestal brasileira.

Enquanto diversos países procuram formas e equações para solucionar seus problemas, somos ameaçados pela pirataria informacional, que deleta nossa capacidade de avanço tecnológico e nos coloca no "processo irreversível" da desnacionalização.

No entanto haverá de se formar um movimento de resistência e de alternativas. Não se pode permitir que coloque na mesa negociadora um patrimônio que antes de pertencer ao Estado, pertence à Nação brasileira. É necessário uma ampla discussão visando um melhor esclarecimento sobre a questão, e a viabilidade de um projeto democrático, com a participação de setores da sociedade que estejam diretamente ligados ao campo das Telecomunicações, afim de que a população possa participar dos debates e dos encaminhamentos nas decisões sobre o futuro do País.

HILDENILSON DE ARAÚJO SOUSA é aluno do Curso de Ciências Econômicas - UFPI e Sec. de Imprensa do C.A.